

ISSN 2594-6935

NEAAPE

BOLETIM NEAAPE

v.09 n.02 - agosto. 2025

NÚCLEO DE ESTUDOS | ATORES E AGENDAS
DE POLÍTICA EXTERNA



BOLETIM NEAAPE
ISSN 2594-6935

O Boletim NEAAPE divulga análises sobre o processo decisório de política externa de distintos países, bem como sobre temas que integram as agendas de política exterior. A publicação tem periodicidade quadrimestral e é composta por editorial e textos dirigidos a leitores interessados em ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CORPO EDITORIAL

Conselho Editorial

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Ghaio Nicodemos Barbosa
Leticia de Abreu Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima

Editora Executiva

Stephanie Braun Clemente

Editora Adjunta

Débora Bedim Loures

Editoria de Redação

Débora Bedim Loures
Eduarda Lattanzi
Eduardo Morrot Coelho Madureira
Ghaio Nicodemos Barbosa
Guilherme de Jesus France
João Gabriel Danon Tavares
Milena Dune Severino
Stephanie Braun Clemente
Yuri Freitas
Vinícius Ribeiro Sampaio



Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa
neaape.com.br

Instituto de Estudos Sociais e
Políticos Universidade do Estado do
Rio de Janeiro Rua da Matriz, 82 -
Botafogo
CEP: 22260-100
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

SUMÁRIO

2

Editorial

Débora Bedim Loures
Stephanie Braun Clemente

4

Um balanço da XVII Cúpula do BRICS e perspectivas do Sul Global

Ghaio Nicodemos Barbosa
Milena Dune Severino
Stephanie Braun Clemente

13

Cenários e resultados da 66ª Cúpula do MERCOSUL

Débora Bedim Loures
Vinícius Ribeiro Sampaio

22

A reação de atores brasileiros ao “tarifaço” de Donald Trump

Eduarda Lattanzi
João Gabriel Tavares

EDITORIAL

O Brasil em evidência no cenário internacional

Débora Bedim Loures (PPGCM/ECEME)¹
Stephanie Braun Clemente (PPGRI/UERJ)²

O ano de 2025 vem apresentando tanto desafios quanto oportunidades para a política externa brasileira. Observa-se que, ainda que diante de constrangimentos internacionais, principalmente oriundos de Washington, o Itamaraty e a figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantêm tem conseguido manter o país como um importante ator no sistema internacional.

Desde que Lula assumiu a presidência, em 2023, o país tem alçado esforços para recuperar sua boa imagem internacionalmente, por meio das credenciais diplomáticas outrora conquistadas e de um papel ativo em prol da defesa de organizações e arranjos multilaterais e regionais. Atualmente, após 2 anos de mandato, o país tem conseguido empregar as ditas credenciais em prol do aproveitamento das oportunidades de atuação que se apresentam.

A presente edição do Boletim NEAAPE aborda duas importantes oportunidades de atuação multilateral nas quais o Brasil obteve destaque: na presidência pro tempore no agrupamento BRICS e no Mercado Comum do Sul (Mercosul). No caso dos BRICS, destaque é dado para a realização da Cúpula de Presidentes do BRICS+, que ocorreu no Rio de Janeiro, em julho de 2025.

Mas o país também passou por momentos desafiadores ao longo do ano de 2025, com destaque para um acontecimento, em certa medida, inesperado, dentro do qual a atuação diplomática brasileira obteve destaque: a política de tarifaço imposta por Donald Trump para diversos atores internacionais, incluindo o Brasil.

O artigo sobre os BRICS foca, especificamente, na Declaração do Rio de Janeiro e nos encaminhamentos feitos na XVII Cúpula de presidentes do grupo. Os autores Ghaio Nicodemos, Milena Dune Severino e Stephanie Braun Clemente abordam questões relevantes para a nova era do agrupamento, tais como a ampliação para o denominado “BRICS+”, as iniciativas tomadas pelos países em torno de uma nova governança global, suas posições em temáticas relativas à segurança e paz, a reafirmação do multilateralismo, dentre outras. A intenção de projetar o BRICS+ como um ator estruturante da ordem internacional se destaca. Com a Declaração, o bloco reforça seu papel essencial como porta-voz do Sul e este pode ser interpretado como um ponto de inflexão na trajetória do grupo, marcando o início de sua nova fase.

No artigo sobre o Mercosul, Débora Bedim Loures e Vinícius Ribeiro Sampaio destacam a transição da presidência pro tempore da Argentina para o Brasil e a agenda que o país pretende implementar nos meses seguintes, com ênfase na promoção energética regional, no combate aos crimes transfronteiriços e no incentivo ao desenvolvimento tecnológico.

¹ Débora Bedim Loures é doutoranda em Ciências Militares pelo PPGCM/ECEME e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>.

² Stephanie Braun Clemente é doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI/UERJ e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399297087812948>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9867-1181>.

Apesar do reconhecimento e da relevância de assumir a presidência do bloco, o corpo diplomático brasileiro é desafiado a manter sua liderança, assim como a estabilidade do Mercosul, especialmente diante dos debates sobre modernização e abertura comercial. Portanto, ao assumir a presidência do Mercosul, o Brasil reforça a orientação de sua política externa, pautada na busca da cooperação e fortalecimento das relações sul-americanas, mesmo que essa atuação seja limitada por desafios internos do bloco.

Outro desafio para a inserção internacional do Brasil acontece na relação Brasil- Estados Unidos, com o atual governo de Donald Trump. Tal tema é tratado no artigo escrito por Eduarda Lattanzi e João Gabriel Tavares que defendem que a política tarifária do governo estadunidense representa uma resposta às políticas executadas pelo Brasil, especialmente no âmbito do BRICS. Assim sendo, taxar produtos brasileiros é uma resposta às iniciativas de desvalorização nas trocas comerciais entre os membros do bloco. Consequentemente, a adoção de tarifas pelos EUA não apenas impacta o comércio bilateral, mas também desafia a capacidade do Brasil de equilibrar sua inserção multilateral com a manutenção de relações estratégicas com Washington.

Desse modo, com reflexões sobre essas novas oportunidades e desafios com os quais o Brasil se deparou, convidamos a todos e todas a lerem esta edição!

Boa leitura!

Débora Bedim Loures e Stephanie Braun Clemente

Recebido para publicação em 22 de outubro de 2025.

Um balanço da XVII Cúpula do BRICS e perspectivas do Sul Global

Ghaio Nicodemos¹

Milena Dune Severino²

Stephanie Braun Clemente³

Introdução

A trajetória do BRICS desde sua formalização em 2009 demonstra uma evolução significativa: de fórum de consulta entre cinco grandes economias emergentes — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — para um agrupamento político, econômico e diplomático de crescente relevância, formado por 11 Estados. Ao longo de 17 anos de cúpulas, o grupo acumulou uma agenda ampla, que hoje vai da cooperação financeira à ciência e tecnologia, passando por temas sensíveis como paz, segurança, comércio, saúde global e mudanças climáticas.

A XVII Cúpula, realizada no Rio de Janeiro em julho de 2025, destacou-se tanto pelo contexto quanto pelos resultados. O encontro ocorreu em meio a intensificação das tensões geopolíticas, persistência de conflitos armados em diferentes regiões do globo, crises humanitárias e pressões econômicas decorrentes de políticas protecionistas e da desaceleração global. Nesse cenário, o BRICS+ procurou reafirmar sua coesão interna e projetar-se como plataforma legítima do Sul Global para promover uma ordem internacional mais justa, inclusiva e representativa.

O objetivo deste artigo é oferecer um balanço sistematizado da Declaração do Rio de Janeiro e dos encaminhamentos da Cúpula, destacando a ampliação do grupo, as iniciativas de governança global, as posições em temas de segurança e paz, os avanços em economia e finanças e a incorporação de agendas emergentes, como inteligência artificial e digitalização.

Expansão do BRICS e novos parceiros

Um dos marcos mais notáveis da Cúpula de 2025 foi a consolidação do processo de expansão do BRICS+. A Indonésia foi formalmente admitida como membro pleno, tornando-se o sexto novo integrante do núcleo central e, mesmo que não integrantes desse núcleo, Árabia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã integram a composição atual de onze membros do grupo. Além disso, outros onze países foram reconhecidos como parceiros: Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Nigéria, Malásia, Tailândia, Vietnã, Uganda e Uzbequistão. Nessa configuração, o BRICS passa a abarcar aproximadamente 48% da população mundial, cerca de 39% de participação no PIB mundial e 26% do comércio mundial (Mendonça, Taioka, Ungaretti, 2025), além da diversidade de regimes políticos e dinâmicas socioculturais e religiosas e o fato de que os

¹ Ghaio Nicodemos Barbosa é doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ e coordenador adjunto do NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3353084711481297>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1866-1646>.

² Milena Dune Severino é mestranda no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGRI/UJER) e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3394324521327895> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5492-5904>.

³ Stephanie Braun Clemente é doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI/UERJ e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399297087812948>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9867-1181>.

países membros do bloco não deixam de competir economicamente em áreas comerciais específicas.

Essa ampliação simboliza a crescente atratividade do grupo e sua capacidade de articular uma rede mais ampla de cooperação Sul-Sul e, o Brasil, como presidente, se colocou como o mediador para o diálogo entre o Sul e o Ocidente. Por isso, o desafio de integrar novos membros ao BRICS+ fez com que o Brasil pautasse o desenvolvimento institucional do grupo no sentido de que a estrutura burocrática e organizacional fosse capaz de abarcar a nova configuração em termos de rotação das presidências anuais e engajamento dos países parceiros (Lyrio, 2025).

A inclusão dos novos países reflete um duplo movimento: de um lado, amplia a representatividade geográfica do bloco, incorporando parceiros da Ásia, da África, da América Latina e da Eurásia; de outro, reforça a imagem de um BRICS+ que se converte em polo articulador da multipolaridade. À medida que a expansão do grupo se traduz em impactos econômicos, culturais e políticos, é possível identificar que a diversidade desses países implica em um escopo de cooperação mais amplo e que, portanto, pode distanciar a agenda de questões geopolíticas. Logo, a expansão referida gera impactos significativos no equilíbrio de forças dentro do grupo e no sistema internacional, fortalecendo o BRICS+ como alternativa às estruturas de poder tradicionais. Isto é, embora as divergências entre os países possam dificultar o alcance de consensos, torna-se evidente que a heterogeneidade pode culminar em maior espaço de atuação frente a agrupamentos historicamente mais homogêneos, como o G7 (Heine, 2025).

A formulação e assinatura da “Declaração do Rio”

Os dias 6 e 7 de julho foram marcados pela ocorrência de um dos principais e mais aguardados eventos a serem realizados no Brasil no ano de 2025, a Cúpula do Rio. Ela consistiu na XVII Cúpula do BRICS e teve grande impacto para o país anfitrião, posto que colocou o Brasil no centro dos olhares à nível mundial, bem como consistiu em uma oportunidade para o Estado reforçar o seu papel no cenário internacional. Todavia, o evento tão aguardado contou com faltas de líderes relevantes no cenário geopolítico e econômico atual, como foram os casos de Vladimir Putin (que participou via vídeo) e Xi Jinping (que mandou seu premiê para participar em seu lugar). Participaram fisicamente apenas - além do Brasil - Narendra Modi (Índia), Cyril Ramaphosa (África do Sul), Abiy Ahmed Ali (Etiópia) e Prabowo Subianto (Indonésia).

Mesmo com a ausência das demais lideranças, a agenda discutida foi robusta e tocou em temas relevantes para o contexto internacional. As principais pautas abordadas foram: reforma da ordem mundial; desdolarização das relações comerciais; financiamento do clima, sem dependência do Norte global; diretrizes conjuntas sobre Inteligência Artificial (IA) e Inovação; críticas às guerras, sem a

escolha aberta de lados por parte dos países integrantes do agrupamento.

O encontro dos presidentes, primeiros-ministros e representantes dos Estados que compõem o atual BRICS+ foi protagonizado por representantes do Brasil, como o presidente Lula da Silva e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Seguindo princípios históricos da diplomacia brasileira, o posicionamento do país girou em torno da argumentação e não do confronto. O Brasil partiu em defesa de que mais comércio seja feito em moedas locais; apresentou a proposta que está em alta nos debates políticos brasileiros, reforçando que deve ser uma pauta não apenas doméstica, mas global, referente à tributação de bilionários para combate de desigualdades globais; criticou o domínio financeiro oriundo do Norte, bem como a paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Multilateralismo e reforma da governança global

A Declaração do Rio de Janeiro reafirma, de maneira incisiva, o compromisso do BRICS+ com o multilateralismo, a Carta das Nações Unidas e a defesa de uma ordem internacional baseada em cooperação, respeito mútuo e igualdade soberana. O documento sublinha a necessidade de adaptar as instituições multilaterais às realidades contemporâneas, com maior representatividade dos países em desenvolvimento e mercados emergentes (Brasil, 2025).

A reforma do Conselho de Segurança da ONU aparece como prioridade. O texto endossa as aspirações do Brasil e da Índia de assumirem papel mais relevante, menciona o Consenso de Ezulwini⁴ como referência para as demandas africanas e recorda que China e Rússia, membros permanentes do Conselho, apoiam a ampliação. Além disso, há reiteradas críticas às medidas coercitivas unilaterais, como sanções econômicas, consideradas ilegítimas e contrárias ao direito internacional (Brasil, 2025).

No âmbito financeiro, o grupo enfatiza a urgência de reformar as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), de modo a adequar sua governança ao peso crescente do Sul Global. O texto insiste na redistribuição de cotas e no aumento da voz dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que manifesta preocupação com o protecionismo e com as distorções no comércio internacional, reafirmando apoio à Organização Mundial do Comércio (OMC) como fórum central do sistema multilateral de comércio.

No que concerne à promoção do multilateralismo como ação diplomática, a

⁴ Posição adotada, em 2005, pela União Africana, com o intuito de expandir o Conselho de Segurança. A proposta consistia em ter dois assentos permanentes com direito a veto para a África e cinco assentos não permanentes (Cardoso, 2025).

presidência brasileira no BRICS evidenciou a relação entre a agenda climática e as políticas ambientais e econômicas dos países, não perdendo de vista o próprio problema de financiamento da crise climática. Nesse contexto, o BRICS+ foi instrumentalizado pelo Brasil de modo a ser uma instância promotora da revitalização do multilateralismo climático visando a construção de posicionamentos compartilhados para a COP30 a ser realizada em novembro em Belém (Lyrio, 2025).

Segurança, paz e conflitos internacionais

Outro eixo central da declaração refere-se à paz e segurança internacionais. O documento manifesta preocupação com a escalada dos gastos militares globais e com o atual estado de polarização, defendendo soluções diplomáticas e políticas para os conflitos em curso. O BRICS+ posiciona-se de forma crítica diante de ataques militares recentes contra o Irã, denuncia a obstrução de ajuda humanitária na Faixa de Gaza e reafirma apoio inequívoco à solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino (Brasil, 2025).

Em relação à Ucrânia, o grupo recorda posições nacionais já expressas, mas valoriza iniciativas de mediação, como a proposta africana de paz⁵. Também se destaca a defesa da soberania da Síria, os apelos por cessar-fogo no Sudão e a preocupação com a instabilidade prolongada no Haiti. Ao mesmo tempo, o BRICS+ condena veementemente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, sem associá-lo a religiões ou etnias, e enfatiza a necessidade de cooperação internacional para combater fluxos ilícitos, corrupção e crime organizado transnacional.

Esse conjunto de posicionamentos reforça o papel do BRICS+ como ator diplomático disposto a contrabalançar a lógica de sanções, intervenções militares e unilateralismo, promovendo soluções negociadas em consonância com a Carta da ONU.

Agenda econômica e financeira

A dimensão econômica foi outro ponto de destaque. A cúpula aprovou a Estratégia de Parceria Econômica do BRICS 2030, sucedendo a de 2025, com foco em comércio, economia digital, infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Houve avanços em temas como a criação de sistemas de pagamentos transfronteiriços, a promoção de liquidações em moedas locais e a discussão sobre garantias

⁵ Apresentada em junho de 2023, defendia um cessar-fogo e negociações, com a saída de tropas russas da Ucrânia e retirada de armas nucleares (Lucas, 2023).

multilaterais para investimentos estratégicos.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) emergiu como peça-chave dessa arquitetura. Sob a presidência de Dilma Rousseff, reconduzida com apoio unânime, o banco foi celebrado por sua expansão e por sua capacidade de financiar projetos em moeda local. O fortalecimento do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) e a criação de mecanismos para enfrentar vulnerabilidades financeiras também receberam atenção, especialmente em um contexto de altos níveis de endividamento em países de baixa e média renda.

Na área agrícola, a cúpula avançou em propostas para a segurança alimentar, incluindo a iniciativa da Bolsa de Grãos do BRICS+. Houve destaque para a valorização da agricultura familiar e para a promoção de cadeias de suprimentos sustentáveis. Também foi anunciada a Parceria para a Restauração de Terras, reforçando o alinhamento entre agricultura, meio ambiente e combate à fome.

Com a expansão do BRICS+, o objetivo de reduzir a vulnerabilidade em relação ao dólar torna-se central, inclusive, diante do agrupamento de grandes produtores de energia e de recursos minerais nos novos membros – ainda que isso possa esbarrar em contradições para os objetivos de avançar na agenda climática e ambiental. Embora a China seja predominante no volume total de comércio intrabloco, o Brasil pode promover espaços que intensifiquem relações comerciais com os novos membros por meio de acordos comerciais e a redução de barreiras tarifárias e problemas logísticos e, então, o grupo, no geral, visa a diversificação e ampliação de trocas (Mendonça, Taioka, Ungaretti, 2025).

Ciência, tecnologia e inovação

Em termos de inovação, foi reafirmado o compromisso com inteligência artificial (IA), ciência, tecnologia e educação. Há também a busca pelo aprofundamento da cooperação em segurança cibernética, infraestrutura digital e integração logística. No mais, a agenda de inovação está associada à cooperação multissetorial, com parcerias nas áreas de agricultura, turismo, transporte, educação e juventude.

O documento reconhece a centralidade da inovação para o desenvolvimento. A Declaração sobre Governança Global da Inteligência Artificial posiciona o BRICS+ na vanguarda das discussões sobre o uso ético e inclusivo da IA, destacando o papel da ONU na coordenação desse debate. O grupo também fortaleceu a cooperação em economia digital, cibersegurança e telecomunicações, incluindo planos para cabos submarinos e exploração espacial conjunta.

Nesse campo, a ênfase recai sobre a necessidade de reduzir assimetrias tecnológicas entre países, promovendo transferência de conhecimento, parcerias

industriais e inclusão digital. A criação do Conselho Espacial do BRICS e os projetos relacionados à Indústria 4.0 refletem uma estratégia de longo prazo, voltada à inserção competitiva no cenário global.

Cultura, sociedade e cooperação humana

Embora a agenda econômica e política concentre atenções, a cúpula também deu espaço a dimensões sociais e culturais. O grupo reforçou a importância da agenda Mulheres, Paz e Segurança, além de incentivar maior participação feminina em organismos multilaterais. No campo da saúde, a parceria com a OMS e o apoio ao Acordo sobre Pandemias refletem a preocupação em fortalecer a governança global após a experiência da Covid-19. Ademais, lançaram a denominada Parceria para Eliminar Doenças Socialmente Determinadas, que são as que refletem as desigualdades estruturais e são causadas por disparidades no acesso à saúde, provocadas pela pobreza e exclusão social. Tais doenças atingem, principalmente, as populações mais vulneráveis. Por isso, a Declaração ressalta a urgência de enfrentá-las, por meio de respostas integradas, que abrangem áreas como saneamento, educação, moradia, trabalho e renda.

Ou seja, as ameaças à saúde global são vistas como uma questão de resolução multilateral e, portanto, passível de ser compartilhada entre os países, assim como a crise climática e a regulação ética de novas tecnologias. No eixo ambiental, o foco foi a defesa de uma transição ecológica justa, pautada no financiamento climático compartilhado, combine ações climáticas com o desenvolvimento sustentável. Ademais, manifestaram apoio aberto ao fundo “*Tropical Forests Forever*”.

Iniciativas em turismo, intercâmbio acadêmico, combate à corrupção e fortalecimento de estatísticas oficiais demonstram o caráter multifacetado do BRICS+, que busca integrar dimensões técnicas, sociais e culturais à sua agenda de cooperação.

Atores: o Estado e a sociedade civil

Ainda que os Estados nacionais sejam os principais agentes articuladores e componentes do BRICS+, o bloco é capaz de coordenar agendas através da participação direta das sociedades civis e de seus grupos de interesse, o que foi uma importante iniciativa da presidência brasileira. Desde a criação do grupo, foi a primeira vez em que representantes da sociedade civil obtiveram um espaço formal para apresentar propostas aos Sherpas dos países-membros. Sendo assim, as representações sociais foram selecionadas de acordo com as pautas prioritárias da presidência brasileira para o grupo e, logo, alguns consensos foram estabelecidos, como o papel do NBD como financiador da industrialização dos países do Sul e a

importância da presença feminina e da agricultura familiar para o combate à fome e a promoção do desenvolvimento sustentável (Molina, 2025).

Desse modo, mesmo que existam críticas acerca da real incorporação de demandas da sociedade civil nas negociações oficiais do BRICS+, a iniciativa brasileira abre caminho para que o processo decisório do grupo se torne mais inclusivo e auxilie a própria demanda dos Estados para uma ordem mundial mais equitativa. Diante da diplomacia participativa e da defesa do multilateralismo, os movimentos sociais e os setores privados podem contribuir para a consecução de acordos, tratados e até mesmo entendimentos internos.

Considerações finais

A XVII Cúpula do BRICS+, sediada no Rio de Janeiro, consolidou um marco político e simbólico para o bloco. A ampliação do grupo, a reafirmação do multilateralismo, a defesa de reformas institucionais e a diversificação da agenda refletem a ambição de projetar o BRICS+ como um ator estruturante da ordem internacional. Com isso, o bloco reforçou seu papel primordial como porta-voz do Sul, partindo da defesa de que deve possuir maior protagonismo em debates cruciais para as relações internacionais, como os debates econômicos, ambientais e políticos, que enfatizem a justiça social e o desenvolvimento mais equitativo.

Ao mesmo tempo, persistem desafios consideráveis: a heterogeneidade de interesses entre os membros, as assimetrias econômicas e políticas internas e a dificuldade de transformar declarações em mecanismos vinculantes. Ainda assim, a Cúpula de 2025 evidencia que o BRICS+ não é apenas um fórum de consulta, mas uma plataforma em construção para articular o Sul Global em meio às incertezas de um mundo multipolar.

Nesse sentido, a Declaração do Rio de Janeiro pode ser interpretada como um ponto de inflexão na trajetória do grupo, marcando o início de uma nova fase em que o BRICS+ se projeta como voz indispensável na governança global e como catalisador de alternativas à hegemonia das potências tradicionais. Ou seja, consistiu em um encontro de grande importância para o momento internacional, mostrando que os grandes Estados do Sul possuem interesses específicos e estão atentos às movimentações do tabuleiro internacional, buscando maior protagonismo e poder decisório. Juntos, podem constituir grande força: podem ser agentes de mudança, representando suas próprias agendas e formulando regras, não sendo apenas receptores de normas estabelecidas pelo Norte. Assim, resta acompanhar como o BRICS+ dará continuidade a esse impulso político e normativo, em especial sob a próxima presidência rotativa do grupo com a Índia, quando se poderá avaliar

até que ponto as ambições expressas na Declaração do Rio se traduzirão em iniciativas concretas e tangíveis na governança global.

Recebido para publicação em 29 de setembro de 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Rafael. Brics une aspirações de Brasil, Índia e África a Conselho de Segurança, Agência Brasil, 06. jul. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/brics-une-aspiracoes-de-brasil-india-e-africa-conselho-de-seguranca>>. Acesso em: 22. out. 2025.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Declaração de Líderes do BRICS — Rio de Janeiro, 06 de julho de 2025. Brasília: MRE, 06 jul. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025. Acesso em: 1 de out. 2025.

HEINE, Jorge. Brazil, the BRICS and Active Non-Alignment. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, n.13, 2025.

LUCAS, John. Líderes africanos pedem a Putin fim da guerra e retorno ao acordo de grãos com a Ucrânia, Gazeta do Povo, 28. jul. 2023. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/lideres-africanos-pedem-a-putin-fim-da-guerra-e-retorno-ao-acordo-de-graos-com-a-ucrania/>>. Acesso em: 22. out. 2025.

LYRIO, Mauricio. “O Brasil aposta no diálogo, no consenso e na força do Sul Global como motores de transformação positiva da ordem internacional”. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, ano 4, n.º 13, jan.–mar. 2025, p. 141-149. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/207/o-brasil-aposta-no-dialogo-no-consenso-e-na-forca-do-sul-global-como-motores-de-transformacao-positiva-da-ordem-internacional>>. Acesso em: 23 set. 2025.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; Taioka, Tainari; Ungaretti, Carlos Renato. O Brasil e o BRICS expandido: relações comerciais recentes e recomendações. Texto para Discussão, n. 3104. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2025. DOI: <https://doi.org/10.38116/td3104-port>.

MOLINA, Leandro. Civil Society at BRICS: Brasil promotes unprecedented dialog to align policies to popular demands. BRICS Brasil, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://brics.br/en/news/civil-society-at-brics-brasil-promotes-unprecedented-dialog-to-align-policies-to-popular-demands?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 23 set. 2025.

Cenários e resultados da 66ª Cúpula do MERCOSUL

Débora Bedim Loures¹
Vinícius Ribeiro Sampaio²

Introdução

No dia 3 de julho de 2025, realizou-se em Buenos Aires, a 66ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL. O evento contou com a presença dos líderes dos países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), da Bolívia, que está em processo de adesão, e de outros associados do bloco. O encontro teve como objetivo discutir temas prioritários para o bloco e oficializar a transição da presidência pro tempore do bloco, que ocorre de forma rotativa a cada seis meses entre os países membros. Ao final da cúpula ocorreu o encerramento da presidência da Argentina e a transferência para o Brasil (Brasil, 2025).

A Cúpula aconteceu em um contexto político marcado por tensões no relacionamento entre Brasil e Argentina, liderados respectivamente por Lula da Silva e Javier Milei. Essa foi a primeira visita oficial de Lula a Buenos Aires desde a posse de Milei como presidente argentino, em dezembro de 2023. Apesar da expectativa de avanços bilaterais entre os países, o encontro entre os mandatários permaneceu no âmbito do bloco econômico e de maneira protocolar, onde em muitos momentos os políticos se antagonizaram sobre opiniões da importância do bloco para a região sul-americana. Além disso, a reunião priorizou como temas a conclusão do acordo entre MERCOSUL e a União Europeia (UE), e a oficialização do acordo com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), composta por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Esta reunião revelou dilemas centrais sobre o futuro do MERCOSUL: de um lado, a busca por maior inserção internacional do bloco, através de novos acordos comerciais; e de outro as necessidades de lidar com as divergências internas, passando pela modernização e flexibilização das regras do bloco, defendida por alguns Estados-membros. Com um cenário global volátil, especialmente com as guerras tarifárias promovidas pelos Estados Unidos, o MERCOSUL realizou, entre abril e julho, uma intensa atividade regional, com encontros preparatórios entre os chanceleres e os ministros, e sessões ordinárias do Conselho do Mercado Comum.

¹ Débora Bedim Loures é doutoranda em Ciências Militares pelo PPGCM/ECEME e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>.

² Vinícius Ribeiro Sampaio é mestrando em Relações Internacionais pelo PPGRJ/UERJ e pesquisador do NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7517094069739265>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5632-7524>.

Esse cenário representou uma nova dinâmica na condução da política do bloco onde, pela primeira vez, foram celebradas duas reuniões ministeriais em menos de um mês, representando uma vontade política e comprometimento pela integração regional na América do Sul (La Mañana Uy, 2025).

Este artigo busca analisar os principais acontecimentos do encontro e os resultados políticos, econômicos e diplomáticos refletidos pela cúpula. O artigo conta com cinco seções, incluindo esta introdução e uma conclusão.

As tensões internas do MERCOSUL

Durante a presidência pro tempore, a Argentina promoveu uma agenda voltada para a integração operacional das alfândegas, a troca de informações nas fronteiras, a simplificação de procedimentos e o combate à criminalidade econômica transnacional (Notícias Aduaneiras, 2025a). Ao assumir a liderança do bloco na 65ª Cúpula dos Chefes de Estado, realizada em Montevidéu, Javier Milei afirmou que o MERCOSUL “não funciona no seu estado atual e que deve ser adaptado para que seja funcional para as necessidades dos seus integrantes” (Gazeta do Povo, 2024). Essa declaração orientou os trabalhos da presidência argentina, período em que foram identificados obstáculos regulatórios, operacionais e de infraestrutura que voltaram a ser o foco da fala na atual cúpula de 2025 (Notícias Aduaneiras, 2025a).

O presidente argentino concentrou-se em defender reformas estruturais para o bloco, criticando a burocracia excessiva e as barreiras comerciais existentes. Segundo o mandatário, “a barreira que levantamos para nos proteger comercialmente acabou nos tirando do comércio e da recorrência global e acabou castigando nossas populações com serviços e bens piores e com preços piores” (CNN Brasil, 2025a). Isto é, Milei argumentou que o MERCOSUL deve garantir maior autonomia para seus Estados-membros alcançarem suas vantagens comparativas. Em suas palavras, “precisamos urgentemente de mais comércio, mais atividade econômica, mais investimentos, e mais trabalhos. E é por isso que precisamos urgentemente de maior liberdade. Nossa nação decidiu deixar décadas de estagnação e embarcar no caminho do progresso” (MercoPress, 2025). Em outro tópico, criticou o regime venezuelano, criticando as detenções ilegais e exigindo a libertação de presos políticos (CNN Brasil, 2025a).

Essa fala repercutiu no encontro, sendo um dos pontos de maior discordância entre os líderes do bloco sul-americano. Enquanto Lula defende que o MERCOSUL proteja seus integrantes, Milei critica as restrições impostas aos membros ao firmarem acordos econômicos fora do bloco, o comparando a uma “cortina de ferro” (Rossi, 2025). A proposta da Argentina é tornar o MERCOSUL “mais aberto, mais competitivo e menos burocrático” (Notícias Aduaneiras, 2025b), propondo medidas

de: ampliação das exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) – para facilitar o acesso a bens e preços internacionais –, a revisão de tarifas alfandegárias externas comuns, além da criação de um agência do MERCOSUL contra o crime organizado transnacional com a finalidade de combater o narcotráfico (CNN Brasil, 2025a).

O presidente brasileiro contradisse o que foi afirmado por Milei, reconhecendo que “toda a América do Sul se tornou uma área de livre comércio baseada em regras claras e equilibradas. Estar no MERCOSUL nos protege. Nossa tarifa externa comum nos blinda de guerras comerciais alheias. Nossa robustez institucional nos credencia perante o mundo como parceiros confiáveis” (Idem, 2025). Além disso, acrescentou: “ao longo de mais de três décadas, erguemos uma casa com bases sólidas, capaz de resistir à força das intempéries” (Verdélío, 2025).

Lula defendeu a modernização do sistema de pagamento em moedas locais com a finalidade de facilitar as transações comerciais, reduzindo os custos dentro do bloco. O objetivo brasileiro é construir uma integração regional robusta e uma cooperação estreita que facilite o comércio interno, sendo uma condição necessária para o aproveitamento dos futuros acordos internacionais realizados entre o MERCOSUL e outras organizações internacionais ou países. Ademais, o mandatário brasileiro afirmou que o beneficiamento de minerais críticos extraídos do solo dos países do grupo deve ocorrer localmente, com transferência de tecnologia e geração de emprego e renda na região (CNN Brasil, 2025b).

O Uruguai, em consonância com a proposta argentina, defende a flexibilização e abertura do bloco econômico. O posicionamento uruguaio reflete a continuidade dos interesses do governo do presidente Lacalle Pou, que defendia uma maior flexibilização e adaptabilidade no MERCOSUL, sem tirar a importância do bloco para as relações regionais e inserção do Uruguai no sistema internacional. Yamandú Orsi, presidente da República Oriental do Uruguai, destacou o MERCOSUL como “uma plataforma chave para a integração internacional, baseada no diálogo, na democracia, na equidade e no desenvolvimento sustentável”. O líder uruguaio acrescentou que “o Uruguai sempre entendeu o MERCOSUL como um passo para maior abertura ao mundo, promovendo uma integração mais profunda e ambiciosa” (Presidência Uruguay, 2025a), assim, devendo aspirar à melhora da zona de livre comércio, facilitar o desenvolvimento e possibilitar um trânsito de maior fluxo de bens e pessoas (Idem, 2025). Em uma coletiva de imprensa, Orsi voltou a mostrar otimismo com as novas possibilidades de mercado apresentadas ao bloco sul-americano, afirmando: “estamos encontrando o que sempre quisemos, que o MERCOSUL nos potencialize” (Presidência Uruguay, 2025b).

Já Santiago Peña, presidente paraguaio, reconheceu os avanços propostos na liderança argentina no MERCOSUL e defendeu o compromisso democrático, sendo

um dos pilares do MERCOSUL. Segundo o mandatário, “estamos em diálogo há 34 anos, com diferenças, mas com compromisso democrático e integração sustentada” (Notícias Aduaneiras, 2025b). No entanto, pleiteou por uma reforma estrutural do MERCOSUL que permitisse a aceleração da integração física e energética, destacando a Hidrovia Paraguai-Paraná – principal via de escoamento de produtos do país (Notícias Aduaneiras, 2025b).

Com base na análise das posições e discursos dos mandatários, percebe-se que houve apoio geral às propostas argentinas, especialmente nos assuntos sobre a segurança regional – em apoio a ações concretas de combate ao narcotráfico – e a ampliação de parceiros comerciais, como a conclusão do acordo de livre comércio com a EFTA. Em seu discurso, Milei classificou o crime organizado como o “câncer” da região e destacou que atividades e facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) “se estenderam por todo o MERCOSUL” (Correia, 2025). Como resultado, a criação de uma agência sul-americana voltada ao combate ao crime organizado foi proposta. Ao receber a presidência pro tempore, Lula reafirmou a necessidade de intensificar ações conjuntas nesse âmbito, mencionando iniciativas já em andamento, como o Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, organização policial formada por Brasil, Argentina e Paraguai, no combate ao crime transfronteiriço e a Cooperação Policial Internacional da Amazônia, formada pelos nove Estados com presença da Floresta Amazônica em seu território. Segundo ele, “São iniciativas que se complementam e que precisam dialogar entre si para ganhar escala sul-americana [...] precisamos investir em inteligência, conter os fluxos de armas e asfixiar os recursos que financiam a indústria do crime” (Correia, 2025).

O compromisso de todos os presidentes em promover ações conjuntas de segurança reforça a ideia de que a integração regional pode avançar para além da esfera econômica, encontrando no enfrentamento ao crime organizado um terreno comum, mesmo diante das diferenças ideológicas entre os governos. Entretanto, não houve consenso entre as partes sobre a necessidade de flexibilização do bloco econômico, sendo a posição brasileira vista como mais cautelosa do que a dos demais Estados-membros. Diferente da posição Argentina, que ameaça sair do bloco para seguir com negociações internacionais unilaterais, Paraguai e Uruguai ainda valorizam que essa flexibilização seja feita respeitando os limites do bloco, entendendo-o como um espaço estratégico para ascensão no comércio mundial, e enfatizando os pilares democráticos defendidos pelo MERCOSUL historicamente.

Agenda do Brasil na Presidência Pro Tempore do MERCOSUL

O discurso de Lula indicou as possíveis pautas da agenda brasileira para o segundo semestre de 2025, quando o seu país estará à frente do MERCOSUL. O presidente falou sobre suas propostas para fortalecer a integração regional, destacando cinco prioridades para o bloco: (i) ampliação comercial, (ii) promoção da transição energética, (iii) desenvolvimento tecnológico, (iv) combate ao crime organizado e (v) enfrentamento das desigualdades sociais (Planalto, 2025).

O Brasil buscará fortalecer a TEC, além de incorporar os setores automotivo e açucareiro no regime comercial do MERCOSUL. Segundo Gisela Padovan, embaixadora e secretária da América Latina e Caribe, a ideia é introduzir “o setor nas cadeias produtivas do bloco, não só no quesito de exportação, mas na confecção de produtos de maior valor agregado” (Alencar, 2025). A mesma lógica se aplica ao setor automotivo, permitindo que as cadeias de produção dos países sul-americanos sejam integradas. A busca pelo fortalecimento do comércio dentro do bloco, perpassa também pela ampliação dos parceiros externos. Assim, Lula destacou a importância do MERCOSUL trabalhar por novos parceiros comerciais, especialmente no continente asiático. Segundo o mandatário brasileiro, “É hora de o MERCOSUL olhar para a Ásia, centro dinâmico da economia mundial. Nossa participação nas cadeias globais de valor se beneficiará de maior aproximação com Japão, China, Coreia, Índia, Vietnã e Indonésia” (Verdério, 2025). Além disso, destacou que pretende negociar acordos específicos com o Canadá e os Emirados Árabes Unidos, Panamá, República Dominicana, entre outros (Idem, 2025).

A expansão para o mercado asiático foi celebrada, principalmente pelo Uruguai que ainda no governo de Luis Lacalle Pou (2020-2025) buscou iniciar o processo de ampliação do mercado sul-americano com a China através de parceria de livre comércio. Ainda em seu mandato, o mandatário uruguaio afirmou que seu país “está disposto a acelerar o estabelecimento de um acordo de livre comércio entre Uruguai, MERCOSUL e China” (Cash, 2023). Esta visão é acompanhada por Orsi, que celebrou a possibilidade de expansão da área do MERCOSUL para o mercado asiático, visando principalmente o gigante asiático.

Além disso, a presidência brasileira pretende constituir uma agenda verde, voltada para a cooperação em comércio sustentável. O chamado MERCOSUL Verde tem como objetivo fortalecer a agricultura sustentável na região e buscar uma cooperação que promova padrões comuns de sustentabilidade, mecanismos de rastreabilidade e inovações tecnológicas (Verdério, 2025). A cúpula também foi o espaço para que Lula conseguisse apoio nas nações sul-americanas para a Conferência do Clima da ONU (COP 30) que será realizada no Brasil, na cidade de Belém, em novembro (Mazui, 2025).

Ademais, o Brasil promete impulsionar o funcionamento do Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH), promovendo maior participação da sociedade civil nos debates dentro do MERCOSUL. Em sua fala, “sem a inclusão social e enfrentamento das desigualdades de todo tipo não haverá progresso duradouro” (Verdélío, 2025).

Resultados da 66ª Cúpula do MERCOSUL: Acordos Comerciais e Cenário Político-Econômico Internacional

A 66ª Cúpula do MERCOSUL teve como principais resultados duas medidas no âmbito econômico-comercial do bloco: a conclusão das negociações acerca do acordo de livre comércio MERCOSUL-EFTA e a flexibilização temporária de 50 linhas tarifárias adicionais a serem consideradas à parte da TEC (Ministério das Relações Exteriores, 2025a). O atual cenário econômico global desafiador, marcado pela instabilidade advinda de diversos confrontos geopolíticos – em especial na Ucrânia e em Gaza – e pela guerra tarifária imposta pelo governo dos Estados Unidos ao resto do mundo, foi indiscutivelmente um dos fatores catalisadores para essas decisões do MERCOSUL. Isso fica patente já no início do discurso proferido pelo presidente Lula na cúpula, que, em referência a esse contexto e buscando reforçar a importância do MERCOSUL, asseverou que “quando o mundo se mostra instável e ameaçador, é natural buscar refúgio onde nos sentimos seguros. Para o Brasil, o MERCOSUL é esse lugar” (Planalto, 2025).

Se o contexto internacional incentivou os países de MERCOSUL e AECL a acelerarem as negociações, as tratativas acerca das flexibilizações tarifárias à margem da TEC foram fruto das pressões argentinas encabeçadas pelo presidente Javier Milei. A respeito disso, os demais países, especialmente o Brasil, viram-se compelidos a aceitar a proposta argentina como forma de manter a coesão do bloco diante do complicado cenário tarifário global. Uma TEC uniforme e com menos exceções tende a fortalecer a economia brasileira, mais industrializada e diversificada que as dos demais Estados Partes. Contudo, um bloco unido – apesar dos dissensos políticos internos e da situação internacional adversa – parece ter sido motivo suficiente para o aceite brasileiro da manutenção da proposta argentina e da maleabilização temporária da TEC.

Nessa mesma toada, e na expectativa da próxima cúpula do MERCOSUL, que ocorrerá no final do segundo semestre de 2025, a presidência pro tempore brasileira se comprometeu com responsabilidades que buscam incentivar a integração do bloco frente às instabilidades econômicas mundiais. Pautas como a integração produtiva e a abertura de mercado no setor açucareiro, busca por um acordo comum no setor automotivo, e renovação do Fundo para a Convergência Estrutural do

MERCOSUL (FOCEM) revelam a vontade política de se buscar um bloco mais forte internamente. A agenda propositiva visa reduzir as assimetrias intrabloco e incrementar a capacidade de negociação do MERCOSUL com seus parceiros comerciais.

A assinatura do acordo MERCOSUL-AECL, em setembro de 2025, no Rio de Janeiro (Ministério das Relações Exteriores, 2025b), bem como a intenção de assinar um acordo de parceria entre MERCOSUL e União Europeia durante a presidência pro tempore brasileira, evidenciam o reforço da posição proativa do Brasil no bloco – na tentativa de manter firme e sólida a integração regional do Cone Sul –, e a busca pela diversificação comercial dentro de um cenário econômico complexo. Vê-se, então, que, mesmo com os dissensos internos, especialmente entre as atuais lideranças políticas de Brasil e Argentina, há a vontade (como expresso no discurso do presidente Lula) de se fazer do MERCOSUL o refúgio onde os países do bloco se sentem seguros.

Conclusão

A 66ª Cúpula do MERCOSUL foi um bom indicativo das dinâmicas e tendências recentes do bloco. Apesar das divergências significativas entre seus membros em relação ao futuro do bloco, sobretudo entre Brasil e Argentina, o encontro reforçou a importância estratégica do MERCOSUL como espaço de integração regional. Enquanto a Argentina defendeu maior flexibilização da Tarifa Externa Comum, em consonância com sua agenda de abertura e liberalização econômica levada a cabo desde a eleição de Milei, Lula enfatizou a proteção proporcionada pela integração regional e a necessidade de fortalecer as estruturas já existentes, o que revela duas visões distintas sobre a inserção do Cone Sul no cenário internacional, mas que de alguma forma puderam estar em diálogo na cúpula.

Malgrado essas discordâncias, a cúpula resultou num acordo relevante com a conclusão das negociações com a EFTA, o que sinaliza que a busca por consensos ainda prevalece diante das diferenças políticas. Além disso, a pauta de segurança regional, especialmente no combate ao crime organizado transnacional e ao narcotráfico, mostrou-se um ponto de convergência entre os mandatários, dando indícios de que a integração no âmbito do MERCOSUL também pode avançar em áreas para além da econômica, mesmo durante mandatos de cores políticas distintas das principais forças do bloco.

Recebido para publicação em 12 de outubro de 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Davi. Presidência de Lula no MERCOSUL priorizará inserção de açúcar e carros. Poder 360, 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/presidencia-de-lula-no-mercosul-priorizara-insercao-de-acucar-e-carros/>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Presidente Lula participa da 66ª Cúpula do MERCOSUL, em Buenos Aires. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/06/presidente-lula-participa-da-66a-cupula-do-mercosul-em-buenos-aires>. Acesso em: 29 set. 2025.

CNN BRASIL. Milei critica burocracia excessiva e diz o que mudaria no MERCOSUL. 2025a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-critica-burocracia-excessiva-e-diz-o-que-mudaria-no-mercosul/>. Acesso em: 29 set. 2025.

_____. Lula defende moedas locais no MERCOSUL e diz que o bloco deve olhar para Ásia. 2025b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/lula-defende-moedas-locais-no-mercosul-e-diz-que-bloco-deve-olhar-para-asia/>. Acesso em: 29 set. 2025.

CORREIA, Victor. Milei cobra e Lula fala em ampliar colaboração contra crime organizado. Correio Braziliense, 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/07/7190800-milei-cobra-e-lula-fala-em-ampliar-colaboracao-contracime-organizado.html>. Acesso em: 30 set. 2025.

GAZETA DO POVO. Milei anuncia prioridade para o MERCOSUL: agência anticrime e flexibilização. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/milei-anuncia-prioridades-para-o-mercosul-agencia-anticrime-e-flexibilizacao/>. Acesso em: 29 set. 2025.

LA MAÑANA UY. Cumbre del Mercosur: estos son los avances más destacados. 2025. Disponível em: <https://www.xn--lamaana-7za.uy/actualidad/cumbre-del-mercosur-estos-son-los-avances-mas-destacados/>. Acesso em: 30 set. 2025.

MAZUI, Guilherme. Após críticas de Milei ao MERCOSUL, Lula diz que estar no bloco “protege” os países. G1, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/03/milei-critica-e-lula-diz-que-estar-no-mercosul-nos-protege.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

MERCOPRESS. Mercosur Summit: Milei pledges to go through together or solo. 2025. Disponível em: https://en.mercopress.com/2025/07/03/mercosur-summit-milei-pledges-to-go-through-together-or-solo?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 set. 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Nota à imprensa nº 296 – LXVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lxvi-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-e-lxvi-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum. Acesso em: 02 out. 2025.

_____. Nota à imprensa nº 426 – Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-EFTA – Declaração Conjunta, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-de-livre-comercio-mercosul-efta. Acesso em: 02 out. 2025.

NOTÍCIAS ADUANEIRAS. Discursos na Cúpula do MERCOSUL: Líderes apoiaram parcialmente os eixos propostos pela Argentina. 2025b. Disponível em: <https://aduananews.com/pt/alineamiento-pragmatico-en-la-66a-cumbre-del-mercosur-los-discursos-presidenciales-respaldaron-los-ejes-de-argentina/>. Acesso em: 29 set. 2025.

_____. MERCOSUL: Argentina entrega Presidência Pro Tempore ao Brasil com conquistas em alfândega e comércio. 2025a. Disponível em: <https://aduananews.com/pt/mercosur-argentina-entrego-la-presidencia-a-brasil-con-logros-en-aduanas-y-comercio/>. Acesso em: 29 set. 2025.

PLANALTO. Discurso do presidente Lula na 66ª Cúpula do MERCOSUL, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/07/discurso-do-presidente-lula-na-66a-cupula-do-mercosul>. Acesso em: 02 out. 2025.

Presidencia Uruguay. “Estamos encontrando lo que siempre quisimos, que el Mercosur nos potencie”, señaló Orsi. 2025. Disponível em: <https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/estamos-encontrando-siempre-quisimos-mercosur-nos-potencie-senalo-orsi>. Acesso em: 30 set. 2025.

_____. Orsi: Mercosur demostró flexibilidad para lograr acuerdos que beneficien a todos los países del bloque. 2025. Disponível em: <https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/orsi-mercosur-demostro-flexibilidad-para-lograr-acuerdos-beneficien-todos>. Acesso em: 29 de set. 2025.

ROSSI, Mariana. MERCOSUL protege ou prejudica? Os discursos antagônicos de Lula e Milei na Argentina. BBC News Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyvjjm171d3o>. Acesso em: 29 set. 2025.

VERDÉLIO, Andreia. Brasil assume MERCOSUL com proposta de mais integração regional. Agência Brasil, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/brasil-assume-mercosul-com-proposta-de-mais-integracao-regional>. Acesso em: 30 set. 2025.

A reação de atores brasileiros ao “tarifaço” de Donald Trump

*Eduarda Lattanzi¹
João Gabriel Tavres²*

Introdução

Ao longo de duzentos anos, o Brasil desenvolveu com os Estados Unidos um relacionamento que ora se caracterizava por grande aproximação, ora por distanciamento, porém sempre acompanhado por relevante parceria comercial (Pinheiro, 2004). Desde meados de 2009, os Estados Unidos passaram da primeira para a segunda posição como principal parceiro comercial do Brasil, ficando atrás da China, porém, acumulando constantes superávits. Só em 2023, houve um superávit comercial de US\$ 23,7 bilhões (Amcham, 2025a). Em 2024, os principais setores brasileiros que exportaram para os Estados Unidos foram a indústria de transformação, a indústria extrativa e a agropecuária. Em contrapartida, o gás natural corresponde ao principal produto importado dos EUA pelo Brasil, seguido por polímeros de etileno, aeronaves, medicamentos, além de motores e máquinas não elétricas, impulsionados pelo crescimento da construção civil no Brasil (Amcham, 2025b).

A segunda gestão do governo Trump, sob o slogan América em Primeiro Lugar, vem impondo tarifas de importação sobre produtos brasileiros (e também sobre bens de diversos outros países), apesar da interdependência e da histórica boa relação entre Washington e Brasília. Essa diretriz da administração Trump gera impactos não somente no setor exportador brasileiro, mas no próprio consumidor estadunidense, tendo em vista a previsível subida de preços de diversos bens como consequência das tarifas.

Conforme tratado na edição de abril do boletim do NEAAPE, no artigo intitulado “Reflexões sobre a quarta presidência brasileira dos BRICS+” (Barbosa; Clemente, 2025) já existia uma sinalização do presidente Donald Trump de aumentar as tarifas de importação como uma resposta à iniciativa de desdolarização nas trocas comerciais entre os membros deste bloco.

¹ Eduarda Lattanzi é bolsista PIPD CAPES de Pós-Doutorado em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / IESP-UERJ. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9540049752609259> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1044-8330>.

² João Gabriel Tavres é bolsista CAPES. Doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / IESP-UERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2101092123262641> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9470-0814>.

E assim foi, quando, no dia 9 de julho, o presidente estadunidense anunciou, mediante carta enviada ao presidente Lula, um aumento de 50% nas tarifas aplicadas sobre as exportações brasileiras (Catto, 2025). Como justificativa, Trump elencou três razões principais. Como justificativa, Trump elencou três razões principais. Na primeira delas, alegou que o governo brasileiro estaria promovendo uma “caça às bruxas” no caso de Bolsonaro, apontando que o julgamento no STF “deveria acabar imediatamente”. Em seguida, criticou as medidas tomadas pelo Poder Judiciário em relação às plataformas de mídias sociais daquele país. E, por fim, defendeu que a cobrança era uma forma de reverter anos de uma relação injusta no comércio bilateral (Catto, 2025). As demandas e queixas de Trump, contudo, não surtiram efeito. O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e 3 meses de prisão por planejamento de golpe de estado (Boechat; Vitorazzi, 2025); o STF manteve a responsabilização das plataformas de redes sociais acerca de conteúdo criminoso ou ofensivo nelas veiculado (Vivas, 2025); e no que tange ao argumento econômico, de que o Brasil desfrutava de vantagens comerciais, ficou demonstrado que a balança comercial entre os dois países é, há anos, superavitária para os Estados Unidos (Amcham, 2025a; Catto, 2025;).

Há uma confluência de interesses entre setores empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo federais, no que diz respeito à proteção do setor exportador brasileiro, impactado com o “tarifaço”, a despeito de eventuais críticas pontuais de parlamentares da oposição, mais próximos a Jair Bolsonaro³. A proximidade ideológica entre Donald Trump e Jair Bolsonaro, fator que angariou ao último a alcunha de Trump dos Trópicos, é um importante elemento para se entender as difíceis relações entre os atuais governos dos Estados Unidos e do Brasil. Trump tem favorecido governos alinhados ideologicamente a Washington e as barreiras comerciais impostas atualmente ao Brasil servem a um objetivo político (e não meramente econômico ou comercial), que é a tentativa de impedir o julgamento de Bolsonaro pelo STF.

³ Mesmo o ex-vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS), embora mantendo apoio a Bolsonaro, criticou as medidas adotadas por Donald Trump (Agência Senado, 2025a).

Além disso, não apagar das luzes da Cúpula dos BRICS no Rio de Janeiro, em julho de 2024, Trump criticou a iniciativa do grupo de defender a desdolarização e o uso de suas próprias moedas no comércio exterior entre seus membros, numa clara demonstração de que os EUA não tolerariam questionamento ao atual padrão dólar do sistema financeiro internacional (Viana, 2025).

Nesse horizonte, este artigo analisa como atores domésticos brasileiros em especial empresários e membros do Poder Legislativo Federal, atuaram buscando destravar as negociações com o governo dos EUA. As negociações diplomáticas enfrentaram percalços por conta da divergência política do governo estadunidense com a atual administração brasileira, sobretudo no que diz respeito a determinados fatos da política exterior, como a menção dos BRICS+ ao intuito de usarem suas próprias moedas para o comércio entre eles, ao invés do dólar. O artigo conta com duas seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, analisamos como membros do Congresso Nacional se posicionaram perante essa questão. Verificou-se, por exemplo, uma tentativa de estabelecer negociações diretas, no que poderíamos chamar de uma diplomacia parlamentar. Em seguida, discutiremos a atuação dos exportadores, principal setor impactado com as medidas, bem como o modo como o Governo Federal reagiu junto ao setor, de modo a reduzir os impactos negativos na economia brasileira.

Negociação e Influência do Legislativo

Os parlamentares brasileiros têm sido atuantes no que diz respeito à tentativa de contornar o “tarifaço”, bem como mitigar os impactos da decisão de Donald Trump sobre os setores exportadores brasileiros. As principais medidas relativas ao tema que passaram, direta ou indiretamente, pelo Poder Legislativo Federal, foram a Lei de Reciprocidade Econômica, o Plano Brasil Soberano, a criação do Grupo de Trabalho sobre a Estratégia de Comércio Exterior e o envio da missão de senadores a Washington, em julho de 2025.

Logo após o envio da carta pública de Trump a Lula, em 9 de julho de 2025, o presidente brasileiro fez declarações em que mencionava que o Brasil não aceitaria ser tutelado por outros países, que o julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro de 2023 era decisão do Poder Judiciário e que responderia à tarifa conforme a Lei de Reciprocidade Econômica (Catto, 2025), aprovada em abril de 2025.

A PL 2088/23, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), estabeleceu critérios para a suspensão de concessões comerciais e de investimento estrangeiro, bem como obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual que ocorreram ou venham a ocorrer em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico (Câmara dos Deputados, 2025). A proposta de lei foi aprovada em regime de urgência, passando pela Câmara e o Senado e chegando à Presidência da República para sanção, em apenas 10 dias, indicando a importância que os poderes Legislativo e Executivo deram à medida.

A *Lei de Reciprocidade* prevê que o país adote medidas de retaliação, tais como: sobretaxas na importação de bens e serviços; suspensão de acordos ou obrigações comerciais; suspensão de direitos de propriedade intelectual; e suspensão da aplicação do princípio da nação mais favorecida, aplicado na OMC, a Organização Mundial do Comércio (Sarmiento, 2025). A medida obteve amplo apoio dos parlamentares, tendo sido aprovada de forma unânime no Senado e obtido respaldo dos presidentes de ambas as casas legislativas, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Contudo, a despeito de ter sido aprovada, a proposta foi rechaçada por alguns parlamentares da oposição. Em julho, após o anúncio das tarifas, e em seguida à aprovação da Lei de Reciprocidade, grupo de 13 parlamentares do Partido Liberal (PL), Podemos e União Brasil protocolou Projeto de Decreto Legislativo visando derrubar a lei (Grandi, 2025). Segundo eles, a quebra de patentes do setor farmacêutico e a criação do Comitê Interministerial de Negociações e Contramedidas seriam decisões previstas na lei que trariam riscos à soberania tecnológica e à redução dos mecanismos de controle do governo, respectivamente (Agência Câmara de Notícias, 2025; Grandi, 2025), porém a lei caminha em sentido oposto, ou seja, aumenta a soberania do país sobre o comércio exterior.

A aprovação da Lei não implica na necessária aplicação de medidas contra o “tarifaço”, mas é instrumento legal que possibilita ao país responder às retaliações comerciais aplicadas por outros países. Desde a paralisação do Órgão de Apelação da OMC, em 2019, a capacidade de resolver disputas e aplicar sanções a países que descumprem as regras do regime internacional do comércio ficou, significativamente, comprometida, como evidenciam as medidas unilaterais adotadas pelo governo estadunidense contra o Brasil. Desse modo, a Lei de Reciprocidade dá ao país mais segurança jurídica na aplicação das regras do regime mundial de comércio, garantindo maior capacidade de retaliação.

Em paralelo, o Governo Federal emitiu, em meados de agosto, medida provisória que criou o Plano Brasil Soberano, o qual prevê socorro às empresas prejudicadas pelas tarifas impostas pela gestão Trump. Dentre as medidas centrais deste plano, verifica-se a concessão de linha de crédito de R\$ 30 bilhões a exportadores, mudanças nas regras de seguro de crédito à exportação, prorrogação da suspensão dos tributos, bem como compras governamentais de gêneros alimentícios, numa tentativa de reduzir o impacto ao setor exportador e à economia do país como um todo (Brandão, 2025). Por se tratar de medida provisória, o plano deverá ser votado em até 120 dias.

Desde o anúncio das medidas, o Governo Federal tem insistido na busca por novas parcerias econômicas e na proteção ao setor produtivo, de modo a amenizar o impacto econômico interno gerado pelas tarifas (Peduzzi, 2025), e, nesse sentido, o Plano Brasil Soberano é uma das ferramentas que visam impedir maiores impactos na economia e no emprego. A linha de crédito é concedida somente às empresas que assumirem compromisso de manter ou de ampliar o número de empregos, servindo como ferramenta para melhorias econômicas para tais setores, possibilitando a geração de capital de giro, bem como a ampliação de investimentos. Há, também, outras facilidades em termos de tributação, como o drawback e o Reintegra, além de seguros de crédito à exportação (Brandão, 2025). Uma Comissão Mista do Congresso foi criada no final de setembro para analisar a medida provisória (Agência Senado 2025b), tendo como presidente o deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP) e como relator o senador Fernando Farias (MDB-AL).

Em 15 de julho, após anúncio das tarifas, mas em momento prévio à sua entrada em vigor, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE) criou o Grupo de Trabalho sobre a Estratégia de Comércio Exterior. Esse GT foi estabelecido após requerimento do atual presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), numa tentativa de reduzir os impactos do “tarifaço” e de um cenário comercial protecionista e volátil, assegurando a competitividade do setor exportador (Senado Federal, 2025a). O grupo de trabalho busca analisar estratégias adotadas pelo Brasil em negociações comerciais⁴, bem como verificar o impacto das políticas protecionistas atuais mediante, por exemplo, diálogo com ministérios, agências reguladoras, autarquias, comunidade acadêmica, entidades setoriais e sociedade civil (Senado Federal, 2025a).

⁴ O artigo 103, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal estabelece o comércio exterior como competência da CRE (Senado Federal, 2023).

Pouco mais de um mês depois, durante Audiência Pública para debater estratégia brasileira diante do “tarifaço”, senadores da CRE anunciaram iniciativa de construção de uma ponte de diálogo mais direta junto ao governo dos EUA, tendo em vista a dificuldade que o Poder Executivo e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) vem enfrentando para estabelecer essa comunicação (Senado Federal, 2025b)⁵. A missão, composta por oito senadores⁶, teve atividades oficiais entre 28 e 30 de julho, dias antes do início do “tarifaço”, mas acabou ocorrendo em meio ao recesso da Câmara dos Deputados norte-americana (Agência Senado, 2025c; Tavares; Medeiros; Janjácomo, 2025) e foi vista como pouco efetiva para impedir as barreiras iminentes tendo em vista a concentração decisória em Donald Trump e seu círculo imediato (Bergamasco, 2025). Foram realizados encontros com diplomatas brasileiros lotados na embaixada em Washington, lideranças empresariais e representantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, além de parlamentares do Legislativo estadunidense (Agência Senado, 2025c). Paralelamente, o setor privado também atuou de forma pragmática em defesa de seus interesses, o que examinaremos na próxima seção deste artigo.

A atuação do setor privado

No início de agosto, as tarifas impostas pelo governo estadunidense aos produtos brasileiros entraram em vigor. De acordo com os dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), cerca de 30% das exportações para o mercado norte-americano estariam sujeitas às tarifas implementadas, impactando os setores de alimentos e bebidas, gráfico, borracha, pedras ornamentais, plástico, químico, têxtil e pescado (Firjan, 2025). Neste contexto, membros do governo entenderam que os canais de diálogo estavam bloqueados e que seria necessária uma maior articulação de atores não-estatais na tentativa de contornar a situação.

A mobilização dos atores privados, em especial dos empresários brasileiros afetados, foi uma estratégia para tentar abrir um canal de negociação com a outra parte. Assim, em setembro, uma comitiva com mais de 100 líderes de associações e empresários brasileiros, sob a liderança da Confederação Nacional da Indústria (CNI), viajou à capital estadunidense para encontrar atores públicos e privados.

⁵ Na ocasião, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) representou o pensamento geral da oposição ao governo Lula. Criticou o que para ele seria um “alinhamento geopolítico equivocado”, o qual teria enfraquecido a diplomacia, dificultado negociações e impactado relações com os EUA (Agência Senado, 2025a).

⁶ A missão foi composta pelos seguintes senadores: Carlos Viana (Podemos-MG); Esperidião Amin (PP-SC); Fernando Farias (MDB-AL); Jacques Wagner (PT-BA); Marcos Pontes (PL-SP); Nelsinho Trad (PSD-MS); Rogério Carvalho (PT-SE); Teresa Cristina (PP-MS).

O grupo chegou a obter uma audiência junto à USTR (Office of The U.S. Trade Representative)⁷, numa tentativa de evitar que o impasse evoluísse para a aplicação da Lei de Reciprocidade, medida considerada pela parte brasileira como “perde-perde” para ambos os países (Abreu, 2025). Até a reunião de abertura da 80ª reunião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2025, havia ceticismo em relação ao avanço das negociações bilaterais. De acordo com dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), em setembro, ainda que determinados setores estratégicos (aeronáutico, energia, celulose, automotivo e o de suco de laranja, principalmente) tenham ficado isentos da taxaço, produtos como açúcar, carnes, café e frutas foram até a presente data, os mais afetados tendo sofrido, respectivamente, as seguintes reduções: 88,4%, 76%, 45% e 38% (Fecomerciosp, 2025). Desse modo, a taxaço impacta não apenas a cadeia produtiva brasileira, mas, também, os hábitos do consumidor estadunidense, gerando uma pressão política não só externa, mas também interna sobre o governo Trump.

O aceno de Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no seu discurso, na reunião de abertura da 80ª AGNU, gerou uma expectativa positiva por parte dos setores domésticos impactados. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, atribuiu, no dia 26 de setembro, a abertura de diálogo com os Estados Unidos à atuação conjunta do empresariado brasileiro e estadunidense no destravamento da questão (Lessa, 2025). Assim sendo, espera-se que o encontro entre os dois presidentes aconteça no início de outubro. O setor privado, atuando junto ao governo brasileiro, espera incluir nas negociações, o debate sobre a venda de minerais críticos e terras-raras, investimentos em data centers e em energia renovável, além de aspectos relacionados a big techs, etanol e patentes (propriedade intelectual), estes últimos, setores sensíveis para a economia estadunidense (Lessa, 2025).

⁷ O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) é uma agência do governo dos Estados Unidos responsável por desenvolver e coordenar a política de comércio exterior e de investimentos estrangeiros diretos. É ligada, diretamente, ao Poder Executivo Federal (Office of the United States Trade Representative, 2025).

Conclusão

Em meio ao desenvolvimento da política exterior do governo Lula 3, o anúncio do “tarifaço” de Trump simbolizou, em grande parte, um desafio às intenções do governo brasileiro em melhorar as condições da inserção do país no sistema internacional. As difíceis negociações entre os governos Lula 3 e Trump 2 denotam o quanto uma política externa orientada pela busca da autonomia, alinhada ao funcionamento democrático das instituições, pode gerar resistência por parte de determinados atores externos, que ameaçam a soberania brasileira e de suas instituições. Contudo, o impasse mostrou a crescente capacidade de agência de atores geralmente restritos ao âmbito doméstico dos Estados (como é o caso do Poder Legislativo e do empresariado), bem como de seus mecanismos de pressão e sinalização em defesa de seus interesses na política externa, ainda que, neste caso específico, não tenham conseguido solucionar totalmente o impasse. De todo modo, os acontecimentos e a relativa aproximação entre Lula e Trump na abertura da 80ª reunião da AGNU, trazem esperança de que as negociações políticas e comerciais avancem para condições mais favoráveis nos próximos meses⁸.

Em contexto de tensão na relação entre os dois países, promovida pelo governo estadunidense, a atuação de atores domésticos brasileiros foi importante no intuito de buscar contornar os eventuais impactos do “tarifaço” à economia brasileira. O Poder Legislativo e o setor empresarial buscaram estabelecer negociações diretas com o governo dos Estados Unidos, procurando evitar eventual retaliação do Brasil e negociando junto aos atores domésticos estadunidenses. Em meio a esse cenário, a própria interdependência industrial e comercial entre as duas economias impulsionou pressão doméstica nos Estados Unidos. Já o Governo Federal buscou contornar eventuais impactos e a ausência de negociação direta com os Estados Unidos mediante o envio do Plano Brasil Soberano ao Congresso, a sanção à Lei de Reciprocidade e a busca por novos mercados à exportação de produtos brasileiros.

Recebido para publicação em 16 de outubro de 2025.

⁸ Até o fechamento deste artigo ainda não havia sido realizada a reunião agendada entre o Secretário de Estado Marco Rubio e o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira para tratarem do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Diego. Tarifaço: CNI lidera missão empresarial aos EUA para contribuir com negociação. Agência de Notícias da Indústria, 1 set. 2025. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/tarifaco-cni-lidera-missao-empresarial-aos-eua-para-contribuir-com-negociacao/>. Acesso em: 15 out. 2025.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Deputados da oposição se manifestaram contra tarifaço de Trump. 10 jul. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/reportagem-especial/1180801-deputados-da-oposicao-se-manifestam-contratarifaco-de-trump/>. Acesso em: 24 set. 2025.

AGÊNCIA SENADO. CRE articula missão diplomática para conter tarifa de Trump contra o Brasil. 15 jul. 2025 (2025a). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/15/cre-articula-missao-diplomatica-para-conter-tarifa-de-trump-contrao-brasil>. Acesso em: 24 set. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Instalada comissão para analisar medida provisória contra tarifaço dos EUA. 24 set. 2025 (2025b). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2025/09/instalada-comissao-para-analisar-medida-provisoria-contratarifaco-dos-eua>. Acesso em: 24 set. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Missão oficial do Senado inicia diálogos nos EUA pelo fim do tarifaço. 28 jul. 2025 (2025c). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/28/missao-oficial-do-senado-inicia-dialogos-nos-eua-pelo-fim-do-tarifaco>. Acesso em: 3 out. 2025.

AMCHAM. Dados da relação Brasil-EUA: raio-x dessa parceria de 200 anos. 11 fev. 2025 (2025a). Disponível em: <https://www.amcham.com.br/blog/dados-da-relacao-brasil-eua>. Acesso em: 3 out. 2025.

AMCHAM. Monitor do Comércio Brasil - Estados Unidos. Jan.-dez./2024 (2025b). Disponível em: <https://amchambrasil.powerappsportals.com/monitor/#botao>. Acesso em: 3 out. 2025.

BARBOSA, Ghaio Nicodemos; CLEMENTE, Stephanie Braun. Reflexões sobre a quarta presidência brasileira dos BRICS+. Boletim NEAAPE, Rio de Janeiro, v.9, n.1, 2025, p.4-13. Disponível em: <https://neaape.com.br/wp-content/uploads/2025/06/BOLETIM-NEAAPE-v.09-n.01-abril.-2025.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

BERGAMASCO, Débora. Comitiva nos EUA é encarada como 'sinal político' pelo governo. CNN Brasil, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/debora-bergamasco/politica/comitiva-nos-eua-e-encarada-como-sinal-politico-pelo-governo/>. Acesso em: 24 set. 2025.

BOECHAT, Gabriela; VITTORAZZI, Davi. Bolsonaro é condenado a 27 anos e 3 meses de prisão por plano de golpe. CNN Brasil, 11 set. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-pena-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRANDÃO, Francisco. Medida provisória prevê crédito de R\$ 30 bi para empresas prejudicadas pelas tarifas dos EUA. Agência Câmara de Notícias, 13 ago. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1188216-medida-provisoria-libera-credito-de-r-30-bi-para-empresas-prejudicadas-pelas-tarifas-dos-eua/>. Acesso em: 24 set. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 2088/2023 [Projeto de Lei]. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2492307>. Acesso em: 24 set. 2025.

CATTO, André. Trump manda carta a Lula e anuncia tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. G1, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/09/trump-manda-carta-a-lula-e-anuncia-tarifa-de-50percent-sobre-produtos-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2025.

FECOMERCIOSP. Impacto do tarifaço dos Estados Unidos para a economia brasileira: desafios e orientações para o atacado. 25 set. 2025. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/impacto-do-tarifaco-dos-estados-unidos-para-a-economia-brasileira-desafios-e-orientacoes-para-o-atacado>. Acesso em: 3 out. 2025

FIRJAN. Firjan reitera preocupação com tarifaço dos EUA contra o Brasil e seus efeitos diretos e indiretos na indústria. 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/noticias/firjan-reitera-preocupacao-com-implementacao-de-tarifaco-dos-eua.htm>. Acesso em: 3 out. 2025.

GRANDI, Guilherme. Deputados da oposição pedem derrubada do decreto de Lula que regulamenta reciprocidade. Gazeta do Povo, 17 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/deputados-derrubada-decreto-lula-reciprocidade/>. Acesso em: 3 out. 2025.

LESSA, Bruna. Tarifaço: Alckmin diz que empresários ajudaram governo na abertura de diálogo com Estados Unidos. Extra, 26 set. 2025. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/noticia/2025/09/tarifaco-alckmin-diz-que-empresarios-ajudaram-governo-na-abertura-de-dialogo-com-estados-unidos.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2025.

NAKAMURA, João. Trump anuncia tarifa de 50% para Brasil. CNN Brasil, 09 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-anuncia-tarifa-de-50-para-brasil/>. Acesso em: 3 out. 2025.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. About USTR. 2025. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/about-ustr>. Acesso em: 3 out. 2025.

PEDUZZI, Pedro. Tarifaço: novos mercados e políticas públicas amenizaram efeitos. Agência Brasil, 17 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-09/tarifaco-novos-mercados-e-politicas-publicas-amenizaram-efeitos>. Acesso em: 3 out. 2025.

PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SARMENTO, Nathalia. Lei da Reciprocidade: entenda o texto citado por Lula para responder tarifaço de Trump. G1, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/10/lei-da-reciprocidade-entenda-o-texto-citado-por-lula-para-responder-tarifaco-de-trump.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SENADO FEDERAL. 10ª Reunião Extraordinária CRE. Atividade Legislativa - Comissões. 28 maio 2025 (2025a). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/13593>. Acesso em: 3 out. 2025.

SENADO FEDERAL. 14ª Reunião, Extraordinária, CRE. Atividade Legislativa - Comissões. 15 jul. 2025 (2025b). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/13749>. Acesso em: 3 out. 2025.

SENADO FEDERAL. Regimento Interno. Resolução nº 93, de 1970. Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, atualizado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até agosto de 2023. Volume 1. Brasília, DF: 2023. 310p.

TAVARES, Fernanda; MEDEIROS, Taísa; JANJÁCOMO, Mariana. Tarifa de 50 %: senadores vão aos EUA para negociar com aliados de Trump. CNN Brasil, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tarifa-de-50-senadores-chegam-aos-eua-para-negociar-com-aliados-de-trump/>. Acesso em: 3 out. 2025.

TV SENADO. Comissão de Relações Exteriores debate tarifas de importação dos Estados Unidos - 15/7/25. Youtube, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/AKcr59C-gqo>. Acesso em: 3 out. 2025.

VIANA, Luana. Trump x Brics: entenda ações do presidente dos EUA contra bloco. Metrôpoles, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/trump-x-brics-acoes-do-presidente-dos-eua>. Acesso em: 15 out. 2025.

VIVAS, Fernanda. STF define que redes sociais são responsáveis por postagens de usuários: veja perguntas e respostas. G1, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/27/stf-define-que-redes-sociais-sao-responsaveis-por-postagens-de-usuarios-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2025.

O NEAAPE reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados a compreender o processo decisório e os temas que integram as agendas de política externa por meio de estudos e análises sobre distintos países, seja de forma individual ou sob uma perspectiva comparada. O NEAAPE também produz textos, mapas, infográficos, tabelas e entrevistas que ilustram e problematizam este campo de pesquisa e reflexão. Criado em 2016, o Núcleo dá continuidade às pesquisas realizadas no âmbito da extinta Rede de Agendas e Atores de Política Externa que foi responsável, com apoio do CNPq, por avançar a reflexão sobre a política externa como uma política pública.

